

RELATÓRIO

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA (RELATOR):

Trata-se apelação interposta pela parte autora em face de sentença que, em ação sob o rito ordinário, julgou improcedentes os pedidos de desbloqueio de benefício de amparo ao idoso e de indenização por danos morais.

Aduz que, com grande sacrifício, conseguiu lograr êxito na concessão do benefício de amparo ao idoso. Contudo, quando se dirigiu ao banco para realizar o saque da primeira parcela, obteve a informação de que o benefício encontrava-se bloqueado. Sustenta que é de responsabilidade do ente autárquico o pagamento do benefício, uma vez que analisou todos os documentos necessários para a sua concessão, criando uma expectativa para a apelante de que receberia seu benefício.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

VOTO

Trata-se de ação objetivando o restabelecimento do benefício de amparo ao idoso, bloqueado pela autarquia previdenciária, sob a alegação de que a parte autora, embora tenha cumprido o requisito da idade (65 anos), não demonstrou de plano o requisito da carência econômica no processo administrativo de concessão e, por esta razão solicitou complementação de informações à demandante, mas não obteve resposta.

Nesta perspectiva, o juízo *a quo* determinou que a autora apresentasse a documentação solicitada pelo INSS, qual seja, certidão de casamento e comprovante atualizado de residência.

De posse de tais documentos, o INSS informou que, “*após realizar as pesquisas pertinentes, restou constatado que o cônjuge da parte autora, Sr. LUIZ MOREIRA DA SILVA percebe o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição como INDUSTRIÁRIO desde 12/05/1999, com renda mensal base de R\$ 1.413,38, consoante extratos dos sistemas CNIS E PLENUS em anexo.*”.

Com efeito, à parte autora não é devido o benefício de amparo ao idoso, eis que, segundo o art. 203, inciso V e a Lei n. 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), é garantido o pagamento de

um salário mínimo à pessoa idosa que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada estão estabelecidos no art. 20 da Lei n. 8.742/93. São eles: i) o requerente deve ser portador de deficiência ou ser idoso com 65 anos ou mais; ii) não receber benefício no âmbito da seguridade social ou de outro regime e iii) ter renda mensal familiar *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (requisito para aferição da miserabilidade).

Na hipótese trazida aos autos, não há elementos que evidenciam o direito pretendido pela parte autora, na medida em que apesar de comprovado o requisito etário, não logrou comprovar a exigida situação de miserabilidade, eis que a renda percebida pelo marido da demandante afasta o caráter de hipossuficiência econômica, mostrando-se indevido o pagamento de benefício assistencial.

Releva notar, ainda, que o INSS, em nenhum momento, afirmou estarem comprovados os requisitos necessários para a concessão do benefício assistencial, o qual foi bloqueado antes mesmo do pagamento da primeira parcela.

Cumpra-se asseverar que *“a Administração tem o poder-dever de decidir os assuntos de sua competência e de rever seus atos, pautada sempre nos princípios que regem a atividade administrativa, sem que a demora não prolongada no exame do pedido, a sua negativa ou a adoção de entendimento diverso do interessado, com razoável fundamentação, importe em dano moral ao administrado. O direito se restaura pelo reconhecimento judicial do direito, em substituição à atividade administrativa, e não mediante indenização por danos morais”* (AC 0023878-85.2011.4.01.3400 / DF, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 de 13/04/2016).

Sob este enfoque, não existe nos autos comprovação de um dano moral indenizável, pois não houve violação a direito de personalidade da autora, consistente em humilhação, constrangimento ou abalo de tal modo grave que pudesse ensejar a reparação pretendida, mormente se for considerada a plausível divergência de interpretação quanto ao tema, que levou o INSS, em observância à sua obrigação de proteger o patrimônio de todos os seus beneficiários, a bloquear o benefício antes mesmo de seu primeiro pagamento a fim de submeter o pedido de concessão de amparo ao idoso à nova análise de documentos.

Posto isso, nego provimento à apelação. É como voto.